

**A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA CIDADE DE OEIRAS/PI (2009-2016)**

Valderlany Mendes Dantas

Mestranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí e Bolsista da CAPES. valderlany95@gmail.com

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

(Professor Associado I da Universidade Federal do Piauí-UFPI

franciscoufpi@gmail.com

**RESUMO:** Nessa pesquisa analisamos as práticas de violências contra as mulheres na cidade de Oeiras/PI, no período de 2009 a 2016. E, para tanto, analisamos os registros de atendimento no Centro de Referência Especializado em Assistência Social- CREAS, referente aos casos de violência contra meninas e mulheres, utilizamos o método estatístico para a obtenção dos dados coletados no CREAS, com a autorização dos órgãos competentes. Ademais alguns autores (as) foram fundamentais para a produção desse trabalho, tais como Joan Scott (1992); Tomaz Tadeu da Silva (2000); Michel Foucault (1979). O interesse desse estudo foi compreender como a violência contra as mulheres é percebida e tratada pelas mulheres, sociedade e poder público no período de 2009 a 2016, assim como entender o processo de naturalização de muitos atos de violência, seja por questões culturais ou omissão pública.

**Palavras-chave:** Naturalização. Mulher. Oeiras.

### **Introdução**

A proposta deste trabalho é analisar as práticas de violências contra as mulheres na cidade de Oeiras-PI, no período de 2009-2016. A violência contra as mulheres é um problema social que está presente na sociedade brasileira há séculos, no entanto, apenas recentemente passou a ser percebida como um problema do domínio público. Somente nas últimas décadas, que os estudos a respeito das práticas de violências contra as mulheres começaram a ser estudado no Campo Historiográfico. Como resultado, existe uma carência dessas discussões no campo da História, em especial aqui no Piauí.

O corte cronológico deste trabalho se justifica a partir da criação do Centro de Referência especializado em Assistência Social CREAS, no ano de 2009. A referida instituição tem como função prestar atendimento especializado aos sujeitos que tiveram

seus direitos violados. A princípio foi financiado com recursos antes destinados pelo dissipado programa SENTINELA, que tinha como propósito prevenir e combater a prática do abuso, violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes no município de Oeiras/PI. Atualmente é financiado pelos governos Federal e municipal.

Em termos espaciais, a delimitação é a cidade de Oeiras-PI, onde diversos casos de violências contra as mulheres vêm ocorrendo tanto na esfera pública quanto no âmbito privado, manifestando-se em todas as classes sociais, etnias e faixa etária. De acordo com os dados coletados no Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS no período de 2009 a 2016, na cidade de Oeiras/PI, aponta que 65,5% dos casos de violência contra as mulheres entre 18 e 59 anos, foram praticados pelo companheiro da vítima no âmbito doméstico. Com base nesse dado podemos perceber que a maioria dos casos de violências contra mulheres na cidade são praticados no espaço privado.

O objetivo central deste trabalho é um estudo quantitativo e qualitativo acerca dos casos de violência contra as mulheres na cidade de Oeiras/PI, como também entender como a violência contra as mulheres é percebida e tratada pelas mulheres, sociedade e poder público no período de 2009 a 2016. As fontes analisadas nesta pesquisa foram documentos oficiais como a Lei Maria da Penha, Portal Mural da Villa e os dados estatístico coletados no CREAS.

Diante do contexto exposto, busco compreender as questões que dizem respeito à condição feminina e a violência imposta a essa condição, para tanto, apresento agora alguns questionamentos/inquietações que me provocaram a construção desse trabalho que se debruça sobre a temática dos Estudos de Gênero: Como a violência contra as mulheres é tratada na cidade de Oeiras pela sociedade e pelo poder público? Existem políticas públicas responsáveis pelo atendimento especializado as mulheres em situações de violências? Como atuam?

### **Uma breve abordagem histórica acerca das práticas de violência contra as mulheres**

Cotidianamente inúmeros casos de violências contra as mulheres são noticiados por diversos veículos de comunicação como Redes sociais, Programas de televisão e

rádios, revistas, jornais, etc. A notoriedade dada pela mídia, deve-se a forte presença dos casos de violências contra as mulheres tanto nos grandes centros urbanos, quanto nas pequenas cidades do Brasil, como Oeiras/PI.<sup>1</sup>

Entretanto, pesquisas vem demonstrando que a violência contra as mulheres não é um fenômeno recente, uma vez que possui raízes mais profundas, estando presente no Brasil, desde a colonização portuguesa. A pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto (2003) aponta que a violência contra as mulheres possui raízes na casa-grande escravocrata, lugar onde mulheres negras eram objeto de estupro, já as mulheres brancas eram submetidas as vontades dos seus maridos, uma vez que a não aceitação do papel de esposa justificava atos de violências. A sociedade colonial brasileira era regida pelo sistema de Patriarcado, responsável pela escravização, opressão e dominação das mulheres no mundo privado.

Segundo a historiadora Mery Del Priore (2013) o Patriarcado se constituía como um modelo de família baseado na dominação masculina e subordinação feminina, no entanto, nele, a figura masculina não controlava apenas as mulheres, como também as crianças, os escravos, os empregados, os agregados, etc. Na sociedade Patriarcal a figura feminina era representada como um sujeito dócil, delicada, frágil, irracional, emotiva, incapaz e submissa, sendo educada para conviver no âmbito privado, restritas as funções de dona de casa, mãe e esposa, devendo obedecer ao seu companheiro ou pai. Já a figura masculina era representada como um sujeito forte, selvagem, grosso, racional, capaz, dominador e independente, sendo educado para proteger, comandar, prover, trabalhar e conviver no espaço público.

---

<sup>1</sup> Segundo a pedagoga Amada de Cássia Campos Reis a cidade de Oeiras é a mais antiga do Estado do Piauí, emergiu no século XVII, em consequência da grande quantidade de terras úteis para a criação de gado. A criação da primeira fazenda de gado conhecida como Cabrobó foi o motor para o surgimento da primeira cidade do Piauí. Logo após a visita do Pe. Miguel de Carvalho no ano de 1694, solicita a implantação de uma freguesia ao Bispo de Pernambuco, Dom Francisco de Lima que atende sua solicitação no ano de 1696, criando a Freguesia do Mocha, visto que se localizava as margens do Riacho Mocha, tornando-se no ano de 1717, Vila da Mocha, transformando-se no ano de 1761, na primeira cidade do Estado do Piauí. A formação social da cidade de Oeiras foi influenciada pela igreja católica deixando marcas profundas na vida dos oeirenses. Como resultado ficou conhecida como “Capital da fé”, devido à grande expressão religiosa, marcada pelas tradicionais festas católicas como a Semana Santa, do Divino Espírito Santo, da Padroeira Nossa Senhora da Vitória, de Nossa Senhora da Conceição e Natal. Para obter mais informações sobre o assunto leia: REIS, Amada de Cássia Campos. Memória e história da educação em Oeiras-Piauí. (Mestrado em Educação) Teresina: UFPI, 2006.

A representação de feminilidade contribuiu para a negação de direitos sociais as mulheres, tal como os espaços de poder em locais públicos, julgando-as como incapazes para o exercício das atividades tidas como masculinas. Embora, as mulheres tenham sido socialmente educadas para a vida doméstica, não era todas as mulheres que se encaixavam no perfil apresentado, “as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade.” (SOIHET, 2007. p. 387). Por exemplo, as mulheres pobres trabalhavam fora do ambiente doméstico para ajudar nas despesas de casa, já que seu companheiro não tinha condições de sustentar sozinho a casa. Consequentemente, por frequentar esses lugares as mulheres das classes baixas, mestiças, negras e mesmo brancas das camadas pobres ficavam mais expostas às violências do que mulheres das camadas abastadas.

O espaço público era lugar de perigo para o corpo feminino, espaço em que seus corpos estavam constantemente sendo monitorados e que, em qualquer situação obscura, poderiam ser violados. Nesse sentido, os espaços públicos eram considerados lugares perigosos para as mulheres, tornando-se um problema para aquelas que buscavam naqueles lugares, formas de subsistência familiar. Para a historiadora Lana Lage (2012) nas sociedades tradicionais brasileiras as violências praticadas por homens contra mulheres eram legitimadas em nome dos valores sociais, uma vez que “O comportamento feminino considerado fora do padrão estabelecido para as “mulheres honesta” justificava a violência como forma de disciplina, culpando no fim das contas as mulheres pelas agressões sofridas”.(2012, p. 288) Com isso, percebe-se que o comportamento considerado inadequado para a figura feminina era utilizado pela sociedade patriarcal para ratificar as agressões praticadas contra as mulheres.

Segundo Tomas Tadeu da Silva (2000) a produção social das identidades masculinas e femininas são marcadas, pela diferença, a identidade é produto das relações sociais e culturais, não tem nenhum referente fixo ou natural, a identidade e a diferença são construídas a partir de um processo de produção simbólica e discursiva adquiridas, por meio da linguagem, que por sinal só faz sentido em relação com uma cadeia de significação formada por outras identidades. Observa-se que as identidades masculinas e femininas não é algo natural ou fixo, mas construídas nos contextos sociais e culturais dos quais os sujeitos estão inseridos.

Ainda sobre as desigualdades sociais e culturais para demarcar os papéis rígidos aos homens e as mulheres, são atribuídos características e comportamentos com ênfase em apenas uma única identidade, tencionada a ser pensada de um único modo ou fixa através de demarcadores sociais rígidos, como por exemplo, o desejo de alguns grupos afirmarem a sua identidade e marcar a diferença, é sobretudo a vontade de permanecer no poder, tendo acesso a privilégios. (SILVA, 2000) Assim, a reafirmação da identidade masculina é uma maneira de manter os homens no poder, tendo acesso a privilégios que são negados as mulheres.

No livro *Microfísica do poder*, escrito pelo filósofo Michel Foucault (1979), aborda que o poder não é algo que surge naturalmente nas relações sociais e sim uma prática exercida dentro das relações de gênero, por intermédio das práticas simbólicas e discursivas presentes nos contextos sociais e culturais nos quais os sujeitos estão inseridos. Portanto, o poder não é algo agraciado ao homem naturalmente, e sim exercido, em decorrência da distribuição desigual de papéis sociais, que, por sua vez, contribui para a existência e permanência das práticas de violência contra as mulheres.

Pesquisas historiográficas recentes mostram que as mulheres não reagiram passivamente à exploração, a escravização e a truculência da sociedade dominante. A partir do final do século XIX, e início do século XX, as mulheres começaram a conquistar espaços sociais que eram negados a elas, e, isso só foi possível, devido os movimentos feminino. A história das lutas feministas no Brasil, está dividida em três períodos denominados *Ondas Feministas*. (BITTENCOURT, 2015)

A luta pela conquista de direitos sociais para as mulheres no final do século XIX e início do século XX, ficou conhecida como *Primeira Onda Feminista*. Nesse momento, as principais conquistas do movimento feminista foram as seguintes: o trabalho remunerado no espaço público, a educação formal e o sufrágio feminino no ano de 1932.

A *Segunda Onda Feminista* eclodiu na década de 1960, na Europa, Estados Unidos e, posteriormente no Brasil. No Estado brasileiro os movimentos feministas estavam fortemente centrados na luta contra o patriarcado, a Ditadura Civil- Militar, a violência contra as mulheres, direito ao corpo e ao prazer, igualdade nas relações de gêneros, direito a propriedade, etc.

A *Terceira Onda Feminista* emerge na década de 1990, às lutas desta última onda, encontrava-se concentrada na resposta convincente à heteronormatividade,

questionamento do encarceramento fechado do conceito de gênero, a construção dos corpos, o transfeminismo e a sexualidade. (BITTENCOURT, 2015). Nesse sentido, podemos perceber que os movimentos feministas foram se adequando às demandas de cada época e a cada grupo de mulheres.

Na década de 1980, o acesso das mulheres das elites às Universidades contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas acerca da condição feminina no Brasil. Nas academias, as feministas utilizaram-se dos Estudos de Gênero para problematizar as diferenças dentro e fora das relações de gêneros. (PINTO, 2003). Segundo a historiadora norte-americana Joan Scott (1993) o gênero é uma categoria útil capaz de perceber como as relações de gêneros são construídas, representadas e vivenciadas nos diversos contextos socioculturais, uma vez que o gênero é uma construção sociocultural estabelecida por meio de mecanismos de socialização como a família, a escola, a igreja, etc. Desta forma, discutir relações de gênero é essencial para entender e discutir as relações desiguais de papéis de gêneros.

Como podemos perceber o século XX, foi um período de grandes transformações na vida das mulheres, uma vez que elas começaram a ocupar espaços públicos, conquistar direitos sociais e políticos, porém as mulheres não conseguiram se libertar da dominação masculina, por exemplo, em casa quem continuava mandando era a figura masculina. As mulheres permaneciam à mercê da exploração e violência praticada pelos homens no âmbito doméstico. O Estado e as leis se recusava a intervir, visto que consideravam a violência contra as mulheres um problema do espaço privado, por acontecer majoritariamente no espaço doméstico, bastava apenas o homem acusar a esposa de uma suposta traição que o crime praticado se tornava um ato em prol da honra masculina. (PINTO, 2003)

Na década de 1970, a invisibilidade das práticas de violência contra as mulheres, em detrimento da ratificação dos crimes de violências contra as mulheres, levou as feministas a lutar em prol do reconhecimento da violência feminina como um problema do domínio público, como resultado, na década de 1980, o Estado começa a tratar a violência contra as mulheres como um problema de interesse público. (AQUINO, 2009)

As pesquisadoras Maria Juracy Toneli e Simone Becker, vão expor que, em consequências das articulações de vozes feministas, foi inaugurada no ano de 1985, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM, s) no Estado de São Paulo, como também

o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), também no ano de 1985, posteriormente a primeira Casa abrigo do país no ano de 1986. Essas foram as principais políticas públicas criadas pelo Estado para o combate as violências contra as mulheres até 2003, ano em que foi implantada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), principal órgão responsável pela construção da rede de atendimento especializado às mulheres em situação de violência, assim como a criação de documentos e Leis que visa a erradicação de qualquer forma de violência contra as mulheres no Brasil, tais como o Pacto Nacional pelo Enfrentamento a violência contra as mulheres, Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a Mulher, Planos Nacionais de Políticas para o Enfrentamento às violências contra as mulheres e a Lei Maria da Penha. (TONELI, 2009)

Mas não era apenas o espaço público que era perigoso, o espaço doméstico, também se fez um lugar de violência. Se uma rede foi construída para assegurar a circulação feminina no espaço público, ainda faltava algumas ações para seguridade no espaço doméstico, uma vez que, a violência ocorrida no âmbito de convivência conjugal era ainda mais naturalizada.

Nesse sentido, a mais importante vitória feminista deu-se no dia 7 de agosto de 2006 com a implantação da primeira lei Federal, que assegura juridicamente os direitos as mulheres, denominada Lei Maria da Penha, em homenagem a cearense Maria da Penha Fernandes, que lutou durante 20(vinte) anos para ver o seu agressor condenado pelo Estado brasileiro. A luta da Penha foi primordial para a criação da Lei 11.340/06, responsável pela punição, prevenção, assistência e reeducação dos agressores. A Lei Maria da Penha é considerada um marco na história por igualdade de gênero, liberdade e respeito as mulheres.

No Piauí, a primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher foi criada entre os anos 1980 e 1990, na Capital do Estado do Piauí. Os principais avanços na formação de políticas públicas destinadas as mulheres emergiram no ano de 2003, graças ao surgimento da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, que buscou junto aos Estados e Municípios desenvolver serviços especializados no atendimento as vítimas de violências, fortalecidas no segundo semestre do ano de 2009, com a adesão do Piauí ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as mulheres.(AQUINO, 2009) No entanto, a maior parte dos serviços especializados no atendimento as mulheres, localiza-se na cidade de Teresina.

Nota-se que as conquistas feministas em prol do enfrentamento as violências femininas são recentes encontrando-se repletas de desafios, isso possivelmente explica a permanência das violências na vida de milhares de mulheres brasileiras, piauienses e oeirense. Mesmo com a criação da Lei Maria da Penha e diversas políticas públicas foram assassinadas no ano de 2015, 4.621 brasileiras, dentre estas 67(sessenta e sete) eram piauienses, sendo que a taxa média de crescimento dos homicídios de mulheres entre os anos de 2005 a 2015, no Estado, é de 67,5%, ocupando a 12º posição no ranking nacional. Portanto, podemos observar que houve um aumento considerável na taxa de homicídios de mulheres no Estado do Piauí, ao longo desses últimos anos. Considero importante salientar que em uma pesquisa realizada no ano de 2016, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança pública aponta que 43% dos casos de agressões mais graves acontece no ambiente doméstico. (CERQUEIRA, 2017)

Na cidade de Oeiras/PI<sup>2</sup> a violência contra as mulheres encontra-se presente na vida de inúmeras mulheres, porém, o número de serviços especializados no atendimento as mulheres em situações de violências é insuficiente, uma vez que existe somente o Centro de Referência Especializado em Assistência Social- CREAS, entretanto, há uma rede não especializada no atendimento as mulheres em situações de violências, constituída por Hospitais, Delegacia de Polícia Civil, Unidade Básica de Saúde- UBS, Defensoria Pública, Ministério Público do Estado, Unidade de Pronto Atendimento- UPA, Centro de Referência em Assistência Social- CRAS, etc.

Em uma entrevista realizada pelo Portal Mural da Vila o Delegado Antônio Nilton, Delegado Regional de Polícia Civil da cidade de Oeiras/PI, declara que, a falta de uma Delegacia Especializada no Atendimento as Mulheres (DAEM) está contribuindo para a permanência da violência contra as mulheres na cidade, e ressalta que o número de casos de violência doméstica tem crescido no município.

---

<sup>2</sup> De acordo com o historiador Francisco Alcides Nascimento (2013) Oeiras é uma cidade que guarda traços do período colonial; e, no seu espaço urbano, foram preservados alguns monumentos construídos no século XVIII. No entanto, a cidade de Oeiras/PI, não preserva aspectos coloniais apenas na sua estrutura física como também familiar. Embora uma parte das mulheres oeirense estejam ocupando cargos públicos, a negação de diversos direitos sociais, políticos, econômicos, jurídicos as mulheres no passado, contribuiu para a construção de relações desiguais de papéis sociais entre os gêneros masculino e feminino no presente, fazendo com que os cargos de maior prestígio social sejam ocupados majoritariamente pela figura masculina na cidade de Oeiras/PI.

Tem crescido muito os casos de violência doméstica em Oeiras, o que em muitos momentos inviabiliza a nossa saída da delegacia para algumas investigações. Precisamos de uma delegacia especializada na cidade, pois assim, desafogaria muito a nossa delegacia e mais crimes poderiam ser investigados com mais rapidez. (PORTAL MURAL DA VILA, 2018)

Como enfatizado pelo Delegado Antônio Nilton existe uma grande necessidade de implantação de uma DAEM na cidade de Oeiras/PI, visto que a Delegacia Regional de Polícia Civil, não está conseguindo dar conta da demanda, uma vez que o número de casos de violência contra as mulheres no ambiente doméstico tem crescido na cidade. Segundo o Portal Mural da Vila há na cidade movimentação de instituições públicas, tal como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que demonstra interesse pela criação da Delegacia da Mulher no município de Oeiras, inclusive a OAB esteve à frente do movimento que levou ao Congresso um abaixo-assinado com 2.000 assinaturas de oirense, solicitando a implantação de uma Delegacia da Mulher na cidade.

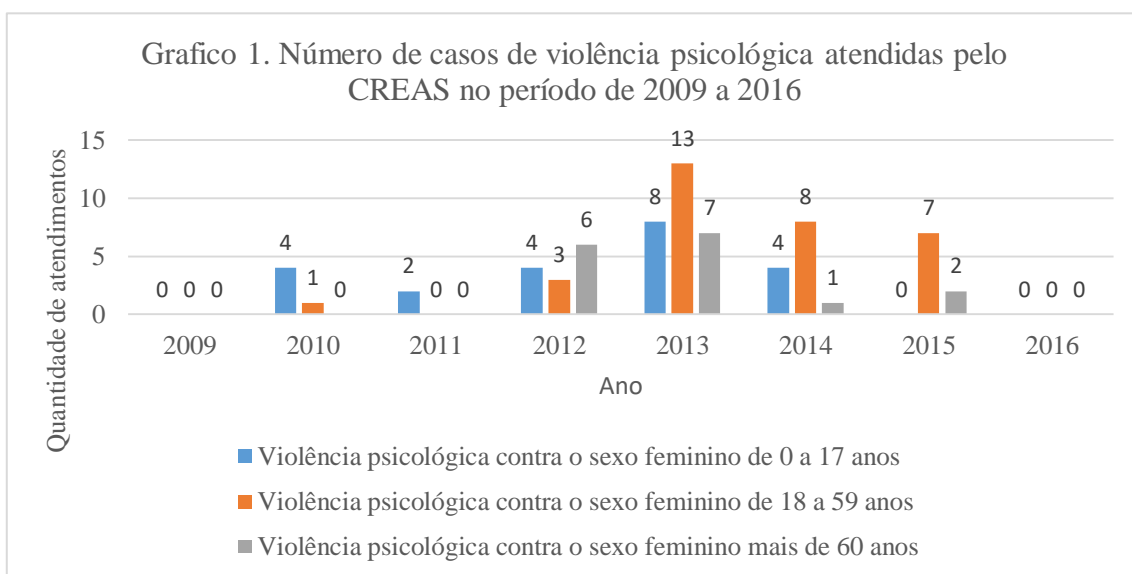
### **Análise das fontes documentais escritas: os dados coletados no Centro de Referência em Assistência Social- CREAS.**

Neste tópico desenvolvemos uma abordagem crítica sobre o papel do Centro de Referência Especializado em Assistência Social- CREAS, no município de Oeiras/PI, com o propósito de perceber os desafios e resultados alcançados pela referida instituição. Ademais, destacar alguns dados coletados no CREAS, com a finalidade de analisar alguns dos tipos de violências contra meninas e mulheres atendidos pela referida instituição, no período de 2009 a 2016, como a violência física e psicológica. A coleta dos dados foi realizada por meio de prontuários de atendimento, ficha de encaminhamentos, ficha de visitas domiciliares, etc.

De acordo com Relatório Situacional, o CREAS se utiliza de vários meios para viabilizar atendimento aos sujeitos violados, tais como o estudo da vida social ou ambiente social, no qual as vítimas, estão inseridas, assim como encaminhamento das vítimas para outras instituições públicas, a fim de proporcionar outro tipo de atendimento

necessário, como também reuniões e visitas domiciliares, com a intenção de verificar os casos para buscar soluções ou medidas cabíveis aos casos apresentados. Ademais realiza ações voltadas para a prevenção das violências, como palestras, mobilizações sociais para o enfrentamento aos diversos tipos de violências contra as mulheres e outros sujeitos, além de discussões com outros órgãos públicos, com o intuito de buscar soluções para os problemas apresentados.

O Gráfico a seguir possui como objetivo mostrar o número de casos de violência psicológica atendidos pelo CREAS no período de 2009 a 2016.



Fonte: Centro de Referência Especializado em Assistência Social- CREAS

Observa-se que a violência psicológica está presente na vida de crianças e adolescentes, como também entre mulheres de 18 a 59 anos e idosas de mais de 60 anos, o gráfico demonstra que houve uma maior demanda de casos de violência psicológica entre os anos de 2009 a 2013, sendo maior entre crianças e adolescentes, depois idosas e por últimas mulheres adultas. No ano de 2013 a quantidade de casos de violência psicológica contra as mulheres atendidos pelo CREAS, aumentaram consideravelmente.

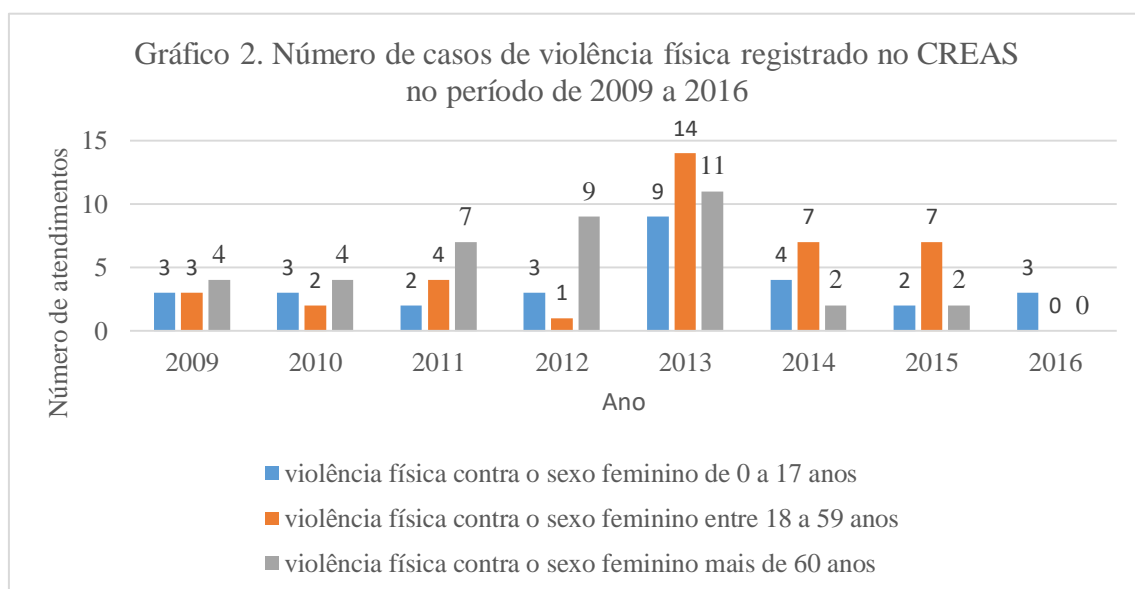
Nessa análise cabe ainda destacar que embora o número de casos atendidos pelo CREAS, tenha aumentado, ainda assim é muito baixo, visto que a demanda de mulheres que são atendidas por outros órgãos públicos como a delegacia, o hospital e o Fórum, é maior do que a demanda atendida pelo CREAS, e isso é preocupante, na medida que essa demanda não está chegando até o Centro, sendo o único serviço especializado

no atendimento as mulheres em situação de violência que presente na cidade de Oeiras/PI, sendo responsável por fornecer assistência especializada as vítimas das violências.

Essa realidade me leva a fazer as seguintes indagações: como essas mulheres estão lidando com os traumas e dores deixados pelas diversas situações de violências, já que não estão procurando o CREAS? Por que as mulheres em situação de violência não estão procurando o CREAS? Os serviços ofertados pelo CREAS, estão chegando aos ouvidos dessas mulheres? Será que a rede de atendimento à mulher, embora não especializada no atendimento as mulheres em situação de violência, estão orientando essas mulheres a buscarem o CREAS? São indagações que considero pertinentes para compreender a resistência do sexo feminino em buscar assistência no CREAS.

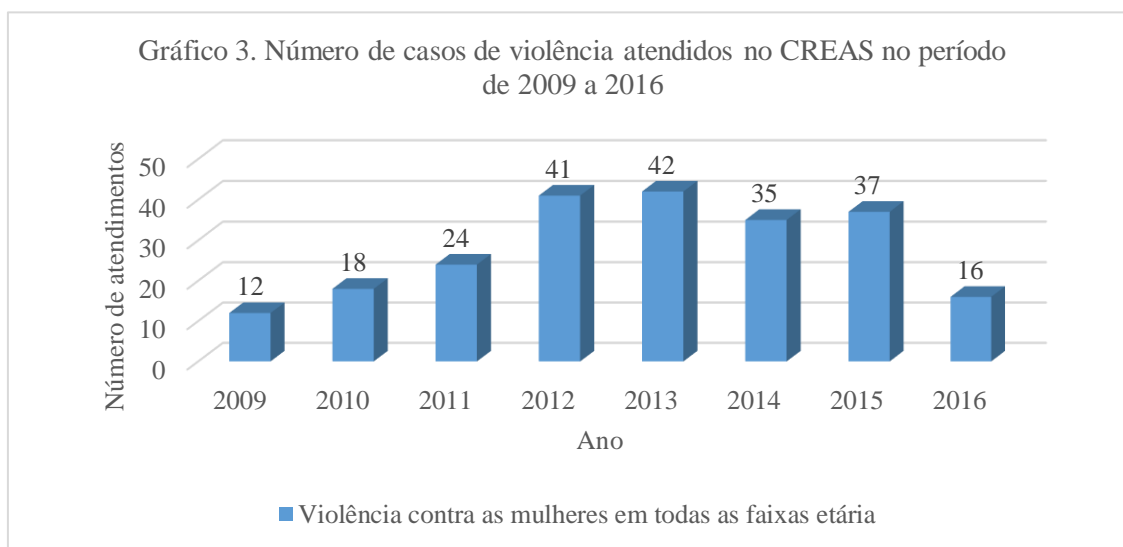
Uma questão que considero bastante pertinente para compreender a resistência das mulheres em procurar assistência especializada é o fator emocional, visto que inúmeras mulheres são ameaçadas por seus agressores, impedindo-as de buscar ajuda, como também o constrangimento das vítimas, devido o receio de ser mal interpretadas pela sociedade e profissionais responsáveis pelo atendimento no CREAS, além de se sentirem culpadas pelas violências sofrida, dentre outras questões que são essenciais para pensar a permanência das mulheres em situações de violência.

O Gráfico a seguir tem como objetivo demonstrar a quantidade de atendimentos prestado pelo CREAS ao sexo feminino, em consequência das diversas situações de violência física, que foram atendidas pelo CREAS no período de 2009 a 2016.



Fonte: Centro de Referências Especializado em Assistência Social- CREAS

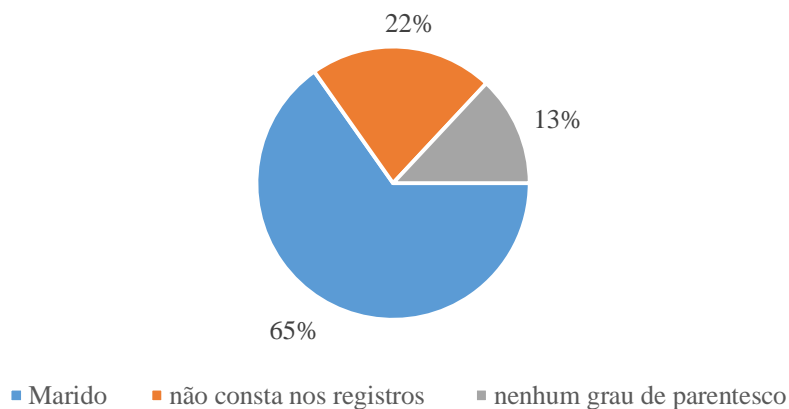
Como constatado no Gráfico 3 o CREAS possui uma demanda significativamente pequena para um serviço especializado que atende meninas e mulheres de todo o município de Oeiras/PI, tanto a zona rural quanto a zona urbana. Percebe-se no gráfico que o atendimento no CREAS, no que diz respeito a violência física é mais frequente entre mulheres com mais de 60 anos, seguido de mulheres de 18 a 59 anos e por último crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. A violência física é um dos tipos de violência mais utilizado pelos homens para punir as mulheres por uma suposta quebra de padrões sociais, usada como uma forma de reafirmação de virilidade.



Fonte: Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS

Nota-se que ao longo dos anos de 2009 a 2013, o número de atendimentos no CREAS, teve um aumento, mas diminuiu nos anos posteriores. Observa-se também a baixa quantidade de sujeitos do sexo feminino, que buscaram ajuda ou foram encaminhadas por outros órgãos público para receberem atendimento especializado no CREAS, no período de 2009 a 2016. Por conseguinte, acredito que existe um problema ou problemas para essa demanda não chegar até o CREAS. Porque como vimos acima na fala do Delegado Nilton é grande a quantidade de casos de violência contra as mulheres que chega a delegacia de polícia, sendo que nos últimos anos a demanda tem aumentado.

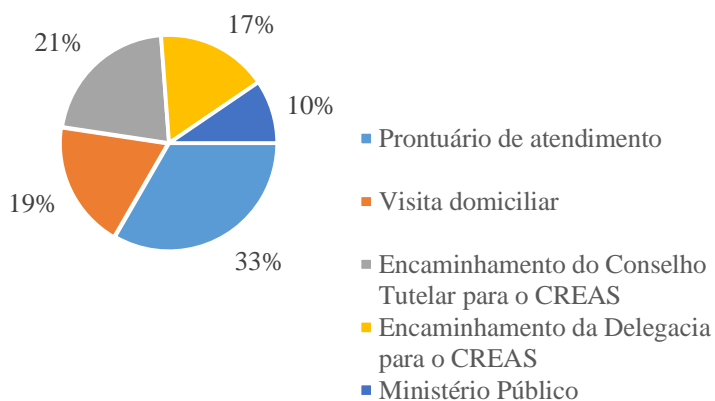
Gráfico 4. Grau de parentesco do agressor com mulheres (de 18 a 59 anos) atendidas pelo CREAS no período de 2009 a 2016



Fonte: Centro de Referencias Especializado em Assistência Social

O gráfico salienta que a maioria dos agressores do sexo feminino (de 18 a 59 anos) no período de 2009 a 2016, são maridos das vítimas, confirmando a presença da violência contra as mulheres no espaço doméstico. Mas essa realidade nos conduz a pensar como essas mulheres chegaram até o CREAS? Foi por livre e espontânea vontade ou foram encaminhadas por algum órgão público? O gráfico seguinte aponta um caminho para chegarmos a essa resposta.

Gráfico 5. Tipos de registros de violências contra mulheres (de 18 a 59 anos) no CREAS no período de 2009 a 2016



Fonte: Centro de Referências Especializado em Assistência Social

Observa-se no gráfico que metade das mulheres foram encaminhadas para o CREAS, por meio de órgãos públicos tais como o Conselho Tutelar, Delegacia Regional, Centro de Referência em Assistência Social- CRAS e o Ministério Público. O gráfico evidencia que existe um trabalho em Conjunto entre os órgãos públicos responsáveis pelo atendimento às mulheres no município de Oeiras/PI, como também mostra que as mulheres que procuram o CREAS, em sua maioria são direcionadas por outros órgãos públicos.

### **Considerações finais**

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise acerca dos tipos de violências mais praticados contra as mulheres na cidade de Oeiras/PI, tais como a violência física e psicológica, a escrita deste trabalho só foi possível graças aos referenciais teóricos e metodológicos utilizados durante o desenvolvimento da pesquisa.

Observou-se que as violências contra as mulheres estão visivelmente presentes no município, no entanto, são pouco discutidas na esfera pública, mesmo sendo conhecimento de muitos de nós que a violência contra as mulheres é um fenômeno que vem sendo naturalizado ao longo dos anos, em decorrência das desigualdades existentes entre os gêneros masculino e feminino na sociedade oeirense. Segundo os dados coletados mais da metade dos casos atendidos pelo CREAS são de violências contra meninas e mulheres em sua maioria praticados por homens, no espaço doméstico

Percebe-se que os documentos e Leis criados para estabelecer políticas públicas, voltadas para o combate às violências contra as mulheres, muito pouco estão sendo efetivados no município de Oeiras/PI, isso uma vez que a quantidade de políticas públicas direcionadas às mulheres, a fim de criar mecanismos de prevenção e apoio às mulheres em situações de violências são insuficientes para atender às demandas do município. Desta forma, a negação dos direitos às mulheres, previstos na Constituição Federal e em outros documentos contribuem para a permanência das violências contra as mulheres no município de Oeiras/PI.

A relevância dos resultados obtidos na pesquisa para a sociedade oeirense, é levar uma reflexão acerca dos fatores que constituem a invisibilidade social, que contribui para a permanência das violências praticadas contra mulheres e meninas na cidade de

Oeiras/PI. Desse modo, a sociedade poderá ter em mãos uma pesquisa que ajudará a torna visível um problema social que está visivelmente presente na vida de muitas oeirenses, possibilitando a implantação de políticas públicas voltadas para a erradicação dos mais variados tipos de violências contra mulheres e meninas na cidade de Oeiras/PI.

### Referências Bibliográficas

AQUINO, Silva. Violências de gênero e masculinidades: conquistas e desafios da Lei Maria da Penha. In: TORNQUINT, Carmen Susana. **Leituras de resistências: corpo violência e poder**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos feministas. **Revista InSURgência**. Brasília, ano 1, v.1, n.1, p. 198-210, jan. /jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/viewFile/16758/11894>> Acesso em: 07 set. 2018.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; VALENCIA, Luis Iván; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro Henrique G.; LIMA, Adriana dos Santos. **Atlas da Violência 2017 Ipea e FBSP**. Rio de Janeiro, IPEA, jun. 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf) Acesso em: 15 jan. 2018.

DEL PRIORE, Mery. **Conversas e histórias de mulheres**. São Paulo: Planeta, 2013.

EVANGELISTA, Ianara Silva. **Os fios que tecem: reflexões sobre a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres do estado do Piauí**. Disponível em: <[http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts\\_download/Ianara%20Silva%20Evangelista%20-%201020872%20-%204361%20-%20corrigido.pdf](http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Ianara%20Silva%20Evangelista%20-%201020872%20-%204361%20-%20corrigido.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PEDRO, Juana Maria (Org.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Oeiras por meio das cartas do Possidônio Queiroz. **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 10, ano X, n 1, 2013, p. 2-3. Disponível em <[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)> Acesso em 10/04/2019.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, 302p.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acesso em: 07 set. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003

REIS, Amada de Cássia Campos. Memória e história da educação em Oeiras-Piauí. **(Mestrado em Educação)** Teresina: UFPI, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Edição SOS Corpo**, p. 13-25, Recife, 1993. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod.../Gênero-Joan%20Scott.pdf> > Acesso em: 10 dez. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e diferença. In: WOODWARD, Kathryh; SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart. **Identidade e diferença a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

TONELI, Maria Juracy, BECKER, Simone. A importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina após dois anos de implantação da Lei Maria da Penha no Brasil. In: TORNQUINT, Carmen Susana. **Leituras de resistências: corpo violência e poder**. Florianópolis: Editora M.